

-----ATA N.º 6-----

-----ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS-----

---- Aos vinte e quatro dias do mês de setembro de 2018, pelas 21.00h reuniu a Assembleia Municipal de Torres Vedras, no edifício dos Paços do Concelho, sito na Praça do Município, nesta cidade, para uma sessão ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

- 1 - Proposta n.º 29/AM/2018 – Votos, moções e recomendações;-----
- 2 - Proposta n.º 32/AM/2018 – Tomada de conhecimento - Lei-quadro de transferência de competências – Ofício do ministro da Administração Interna e do presidente da Câmara Municipal;
- 3 - Proposta n.º 30/AM/2018 - Informação do presidente da Câmara, acerca da atividade municipal e situação financeira do município;-----
- 3.1 - Informação sobre competências delegadas:-----
- Proposta n.º 31/AM/2018 – Tomada de conhecimento de cedência de parcelas de terreno para afetação ao domínio público;-----
- 4 - Proposta n.º 33/AM/2018 - Petição – Primeiro subscritor António Manuel de Fernandes Oliveira – restabelecimento imediato do trânsito automóvel no Largo de S. Pedro;-----
- 5 - Proposta n.º 46/CM/2018 - Delimitação de Área de Reabilitação Urbana de Arenas na Cidade de Torres Vedras;-----
- 6 - Proposta n.º 47/CM/2018 - Alteração ao Plano Diretor Municipal de Torres Vedras para instalação do Centro Escolar do Turcifal;-----
- 7 - Proposta n.º 48/CM/2018 - Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território de Torres Vedras;-----
- 8 - Proposta n.º 49/CM/2018 - Alteração ao Mapa de Pessoal para 2018;-----
- 9 - Proposta n.º 50/CM/2018 – Tomada de conhecimento do Relatório de implementação do programa de regularização extraordinária dos vínculos precários (PREVPAV);-----
- 10 - Autorização para assunção de compromissos plurianuais:-----
- 10.1 - Proposta n.º 51/CM/2018 - SMASTV – Empreitada de Obras Públicas – Execução de 400 ramais domiciliários de água em várias localidades;-----
- 10.2 - Proposta n.º 52/CM/2018 - SMASTV – Empreitada de obras Públicas – Reservatório de Monte Redondo/Loubagueira;-----
- 10.3 - Proposta n.º 53/CM/2018 - SMASTV – Empreitada de obras públicas - Saneamento do Casal da Ónia e do Casal Monte Ferreiro e Remodelação dos esgotos do Casal do Soito;-----
- 10.4 - Proposta n.º 54/CM/2018 - SMASTV – Empreitada de obras públicas - Prolongamento das redes de saneamento do concelho, reabilitação de colectores de esgotos no concelho, reabilitação de marcos de ventosa no concelho, saneamento do Casal Palheiros – Ribeira de Pedrulhos, prolongamento das redes de água no concelho e reabilitação de condutas e redes de

água no concelho;-----
---- 10.5 - Proposta n.º 55/CM/2018 - SMASTV – Empreitada de obras públicas – Intercetor de esgotos do Casal de São Gião;-----
---- 11 - Proposta n.º 56/CM/2018 - Autorização para a contratação de empréstimos para aplicação em investimentos - Centro Educativo de Póvoa de Penafirme, Centro Educativo do Turcifal e Centro Educativo de A-dos-Cunhados;-----
---- 12 - Proposta n.º 57/CM/2018 - Participação do município de Torres Vedras na associação de direito privado “SMART FARM COLAB” – Laboratório Colaborativo para a Inovação Digital na Agricultura”.-----

---- Face à ausência do Presidente da Assembleia, presidiu nos termos da alínea d) do art.º 20.º do regimento o Primeiro Secretário António, Fernando Alves Fortunato, tendo sido secretariado por Ana Rita Vilela Ribeiro (Segundo Secretário) e Francisco da Cruz Branco da Silva.-----

---- Estiveram presentes os seguintes membros:-----
---- Rita João de Maya Gomes Sammer, Jacinto António Franco Leandro, Susana Maria Ribeiro das Neves, Pedro Miguel de Sousa Nunes Castelo, António Carlos Nunes Carneiro, Dina Teresa Antunes de Sousa Almeida, Rui José Prudêncio, José António do Vale Paulos, António Martins Moreira, Maria Teresa Lopes de Oliveira, Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Marta Filipa Sousa Geraldés, Maria Leonor Marques Marinheiro, João Pedro Alves Pimentel Duarte Gomes, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, João António Florindo Rodrigues, Sérgio Paulo Ribeiro Jacinto, Rui Pedro Avelar Lopes, Nuno Miguel Almeida Henriques, Ana Paula Santos Mota, Maria Manuela Hortas da Silva Pacheco, Ana Isabel Marques Fiéis, Paulo Dinis Faustino Valentim, Pedro Miguel Germano Bernardes, Pedro Jorge da Vasa Santos, António Joaquim Espírito Santo, Carlos Alberto Alves Gomes, Luis Pedro Duarte Silva, João Carlos Esteves Caldeira, Luis Miguel Antunes Batista, Nuno Alexandre Paulo Cosme, Natalina Maria Martins Luís, Nuno Carlos Lopes Pinto, João Francisco Mota Tomaz, Celso Jorge Carvalhal Carvalho, Francisco João Pacheco Martins e Artur Alexandre Santos Narciso.-----

---- Estiveram ainda presentes o Sr. Presidente da Câmara, Carlos Manuel Antunes Bernardes, e os Srs. Vereadores, Marco Henrique Claudino, Ana Brígida Anacleto Meireles Clímaco Umbelino, Luis Filipe Barbosa Aniceto, Bruno Miguel Félix Ferreira, Maria João Pinho Ribeiro, Hugo Gerardo Fernandes Pereira Silva Lucas e Cláudia Horta Ferreira.-----

---- Teve início o Período de Antes da Ordem do Dia.-----

APROVAÇÃO DAS ATAS ANTERIORES:-----

---- O Sr. Presidente da Mesa colocou a votação a ata n.º 2 de 3 de abril de 2018, tendo a Assembleia Municipal, aprovado por unanimidade o texto definitivo da ata apresentada.-----

LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:-----

---- O deputado municipal Francisco Branco da Cruz, leu a correspondência recebida pela mesa, tendo os documentos sido numerados e rubricados, os quais irão ficar arquivados em pasta própria, anexa ao livro das atas.-----

---- Anota-se que foram numerados onze documentos que a seguir se indicam:-----

DOCUMENTO 1:-----

---- E-mail do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, de 17 de julho do corrente ano, a dar conhecimento que apresentaram na Assembleia da República um Projeto de Resolução que recomenda ao governo a implementação de medidas para promover a qualidade de refeições escolares. -----

DOCUMENTO 2:-----

---- E-mail do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, de 17 de julho do corrente ano, a dar conhecimento que apresentaram na Assembleia da República projetos de Lei para: estabelecer a oferta alternativa de bebida vegetal no âmbito do programa de leite escolar; estabelecer a promoção de fruta e outros produtos alimentares saudáveis nos bufetes/bares escolares; desincentivar a venda de alimentos com excesso de açúcar, gordura e sal nas máquinas de venda automática em escolas e garantir a disponibilização de bebidas vegetais no serviço de bufete escolar. -----

DOCUMENTO 3:-----

---- E-mail do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, de 24 de julho do corrente ano, a dar conhecimento que apresentaram na Assembleia da República um projeto de resolução que recomenda ao governo a recuperação da profissão de guarda-rios, com o número adequado de recursos humanos necessários à preservação e fiscalização dos recursos hídricos. -----

DOCUMENTO 4:-----

---- E-mail do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, de 24 de julho do corrente ano, a dar conhecimento que apresentaram na Assembleia da República um projecto lei que determina a não repercussão sobre os utentes das taxas municipais de direitos de passagem e de ocupação de subsolo. -----

DOCUMENTO 4:-----

---- E-mail de Cristina Barbosa, de 24 de julho do corrente ano, a dar nota das várias comunicações que tem feito e respostas que recebeu da Câmara Municipal, Vereadores, e Junta de Freguesia de A-dos-Cunhados e Maceira, sobre requalificação/limpeza de espaços verdes e limpeza/lavagem de contentores do lixo. -----

DOCUMENTO 5:-----

---- E-mail de Pedro Norberto Lopes, de 26 de agosto último, a enviar artigo publicado há cerca de 3 anos intitulado “Agora os Animais”, atento o facto de entrar em vigor no próximo mês a lei que proíbe o abate de animais domésticos. -----

DOCUMENTO 6:-----

---- E-mail da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, a remeter a sua tomada de

posição sobre a legislação aprovada pela Assembleia da República relativamente ao chamado “processo de descentralização” com a qual discorda profundamente.-----

JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:-----

DOCUMENTO 7:-----

----- E-mail de Francisco Cruz Branco da Silva, de 19 de setembro a enviar justificação de falta à reunião realizada no dia 20 de junho, por se encontrar fora de Portugal.-----

SUSPENSÃO DO MANDATO:-----

DOCUMENTO 8:-----

----- E-mail de Vítor José dos Santos Fernandes, de 6 de setembro, a solicitar a suspensão do seu mandato, pelo período de um ano, a partir desta data, uma vez ter decidido em consciência que perante a sua mudança de residência, não conseguirá desempenhar as suas funções como deputado municipal, na íntegra.-----

----- Ao abrigo do art.º 79.º da Lei n.º 169/99 de 18.09, na sua atual redação, foi convocada e encontrava-se presente Ana Isabel Marques Fiéis.-----

DOCUMENTO 9:-----

----- E-mail de Renata Simões a apresentar a suspensão do seu mandato, por 12 meses nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 77.º da Lei 169/99 de 18/09, em virtude de ter assumido novas funções profissionais, que são passíveis de gerar conflitos e ou incompatibilidades com funções que assumiu neste órgão municipal.-----

----- Ao abrigo do art.º 79.º da Lei n.º 169/99 de 18.09, na sua atual redação, foi convocado e encontrava-se presente Paulo Dinis Faustino Valentim.-----

RENUNCIA AO MANDATO:-----

----- E-mail de Sérgio Nunes Simões, eleito pela lista do PS, com o mandato suspenso nos termos do art.º 77.º da Lei 169/99 de 18.09, até ao dia 20 de outubro, no qual vem apresentar nos termos do art.º 76.º a renúncia ao seu mandato.-----

----- Fica efectiva Maria Manuela Hortas da Silva Pacheco, que já se encontrava a substituí-lo.-----
A Assembleia Municipal aceitou os pedidos de suspensão e de renúncia, em causa.-----

----- Nos termos do art.º 38.º do regimento da Assembleia Municipal teve início o Período aberto à intervenção do público:-----

PARA UM CONCELHO MELHOR:-----

----- O Município **João Baltazar Vicente** começou por registar pela positiva, o novo regimento da Assembleia Municipal, que dá prioridade ao público, permite que falem de frente para a audiência e assegura que lhes será sempre dada resposta.-----

----- Aproveitou para informar que no site, no espaço do regimento da Assembleia Municipal está o da Câmara Municipal.-----

----- Lembrou que em setembro do ano transato enviou uma carta ao edil, que aguarda resposta, sobre a implantação de um muro sobre um caminho municipal, que cria dificuldades à mobilidade.

----- Teceu algumas considerações sobre a definição de torriense, tendo presente o assunto sobre a questão das placas do Casal da Cascalheira, Carmões, que já o fez vir à Assembleia Municipal também este ano, mas que está resolvida, tendo o atual presidente de junta emitido atestados de residência em Alfeiria aos moradores das duas moradias em causa.-----

----- Nesta sequência, e tendo presente que a colocação das placas de toponímia é uma competência da Câmara, solicitou ao edil que encarregue os serviços de trocarem a placa.-----

----- Também alertou que tem verificado através do Google que há ruas com toponímia errada e já se disponibilizou à junta de freguesia para ajudar, oferta que faz agora à câmara municipal. -----

----- Por último referiu que se apercebeu que a nível dos idosos há uma grande carência de informação, pois têm algumas dificuldades em aceder aos serviços online que são prestados pelas diversas entidades, e disponibilizou-se para colaborar na elaboração de um programa de informação aos idosos, que também incluía as ofertas no concelho a nível dos lares.-----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** informou que tomou nota das informações dadas pelo munícipe que serão analisadas pelos serviços. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PARTICIPAÇÃO PÚBLICA:-----

----- O **Sr. Jorge Manuel Soto Maior Costa**, começou por dizer que a esmagadora maioria das sondagens mostram que os portugueses se sentem afastados dos seus representantes políticos, e que segundo as estatísticas, a seguir aos tribunais, a Assembleia da República, é a instituição em que os portugueses menos confiam, lembrando que está a falar do templo da democracia, que devia estar no topo da tabela das instituições de maior confiança. -----

----- Disse também que a nível local, observando a participação pública na Assembleia Municipal, tem-se uma ideia do afastamento dos cidadãos da atividade política, e não é com orçamentos participativos para comprar umas viaturas e fazer umas “obrazitas”, que se pode dizer que têm participação pública.-----

----- Referiu que os jovens na sua maioria, confortáveis com a globalização e revolução tecnológica, não encontram propostas políticas com as quais se identifiquem e nas quais sintam que têm uma palavra a dizer e principalmente lugar para o fazer. -----

----- A seu ver, no concelho de Torres Vedras acresce ainda a falta de divulgação da participação pública nomeadamente, a não divulgação das posições dos subscritores, apesar de ser obrigatório por lei, a qualidade de transmissão online das reuniões públicas, e o facto do áudio ser de muito mau e a publicação das atas, ato meramente administrativo, ser muito tardia.-----

----- Repetindo o que o interveniente anterior disse há informação errada no site, o que considera

muito grave. -----

---- Lembrou que o dom de petição pode considerar-se um dos mais antigos direitos parlamentares dos cidadãos, face ao poder político, encontrando-se previsto no art.º 52 da Constituição e nesse âmbito fez uma petição, no sentido de se organizar um debate sobre o centro histórico e a possibilidade de implementação das propostas e ideias que os cidadãos levantam e como as integrar nos trabalhos políticos. Este debate seria já por si uma forma de garantir que as ideias dos cidadãos são ouvidas e que as instituições públicas tomam a iniciativa de ouvir os cidadãos, perceber as suas necessidades e acolher ou não as suas propostas. -----

---- Acha que esse é um elemento importante da democracia, que não pode ser resumida ao ato eleitoral.-----

---- Por último fez uma referência aos comentários tecidos pela Vereadora Ana Umbelino e pelo Vereador Hugo Lucas a uma intervenção que fez na reunião do Executivo que teve lugar na Freiria sem que pudesse argumentar, e também ao comentário subtil do Vereador Marco Claudino, à sua proposta para o regulamento de horários de estabelecimentos comerciais, sem que se pudesse defender. -----

---- Referiu também que sentiu ausência de resposta às diversas perguntas que fez, quer na Freiria quer na última aqui realizada. Acabou a sua intervenção dizendo que o desprezo que sente por parte da Câmara Municipal, não o faz desistir de tentar participar na vida pública, ao contrário de outros torrienses que já abdicaram de se fazerem ouvir. -----

---- Foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, que quanto aos direitos de cidadania fez notar que estar a intervir e a colocar questões na assembleia faz parte desses direitos e se possível respondem de imediato senão, é tomada a devida nota para o efeito.-----

---- Disse que têm dado passos importantes quer ao nível da câmara quer da assembleia para que possa haver a participação dos concidadãos, quer nas reuniões públicas dos órgãos deliberativo e executivo, quer em outras iniciativas tais como o orçamento participativo. Assegurou que podem contar com a câmara municipal para ouvir as opiniões e que esta as respeita. -----

---- Para concluir e face à intervenção do munícipe solicitou ao Sr. Presidente da Mesa que fosse dada a palavra à Vereadora Ana Umbelino para defender a honra.-----

---- Em relação à intervenção do munícipe Jorge Costa que reputou a sua intervenção e a do Vereador Hugo Lucas de desqualificante daquilo que foram as suas propostas a **Sra. Vereadora** referiu que a participação e a co-construção são dois princípios que subscrevem, contudo não contem com eles para considerar que a participação deve ser feita num quadro de total aceitação daquilo que são as ideias que são propostas. -----

---- Considera que a participação deve ser feita num quadro de diálogo e de pacifismo intelectual, mas admite que existam perspetivas e opiniões diferentes daquelas que estão a apresentar. Foi

precisamente uma visão diferente que foi apresentada por ela e pelo seu colega Hugo Lucas mas em nada desqualificando as observações do munícipe.-----

---- Reiterou que participação não é sinónimo de aceitação passiva daquilo que os outros dizem ou apresentam, nem os membros do Executivo enquanto eleitos deviam procurar agradar a todos e a todas e, em atitudes de condescendência, considerar todas as observações e as intervenções que são feitas. -----

---- Frisou que que quer ela quer os Vereadores Hugo Lucas e Marco Claudino tiveram uma postura de total respeito, relativamente ao que apresentou, simplesmente as suas opiniões não eram condizentes.-----

---- Referiu que não respondeu ao mail que o município enviou, porque não apresentava qualquer ideia e limitava-se a tecer juízos de valor relativamente à sua pessoa, ao qual se recusa a responder.-----

---- Apelou que essa atitude de pacifismo intelectual pontue aquilo que são as relações e o diálogo e alguma tensão dialética que pode existir entre cidadãos e cidadãos eleitos ou não eleitos.-----

---- Por último assinalou que se o munícipe quer intervir no espaço público tem que estar preparado para ser confrontado com visões diferentes das suas e respeitá-las, pois, os eleitos estão aqui para desenvolver o seu trabalho e fazem-no com dedicação, independentemente do partido que esteja em causa e por isso merecem também respeito. -----

PRAIA DE SANTA CRUZ/PRAIA AZUL:-----

---- O **Sr. Hermínio Saraiva** referiu que vem dar nota de algumas situações que o incomodam, mas que serão fáceis de resolver. -----

---- Assim, questionou se que a autarquia continua a regar os jardins e a relva com água tratada pelos SMAS para consumo humano, que continua a correr para o meio da estrada e a regar tudo à volta, bem como a razão de se desaproveitar a água de uma nascente localizada junto ao parque de campismo de Santa Cruz, de excelente qualidade e que corre para o mar.-----

---- Disse que Santa Cruz é cheia de encantos, mas com muitos desencantos para quem lá mora e até para quem visita, referindo-se concretamente ao facto de neste Verão só haver dois multibancos, muitas vezes sem dinheiro disponível e não existir posto de correios, nem bancos, e a localidade tem que ser olhada de uma outra forma, embora já ter sido feito algum investimento.

---- Alertou ainda que na Quinta da Areia, que é simplesmente o local na Europa que mais pássaros atrai, é permitido caçar, o que não faz sentido. Tem um edificado antigo extraordinário, mas com silvas e a necessitar de recuperação, vindo sensibilizar a câmara municipal para esta situação.-----

---- O **Sr. Presidente da Câmara** agradeceu os alertas do munícipe, assegurando que a autarquia está atenta, mas neste caso há variáveis que ainda não estão do lado da autarquia.-----

----- O **Sr. Presidente** referiu também que o *site*, entretanto, foi corrigido pelo responsável da área de comunicação que está presente sala, e graças às novas tecnologias não é necessário esperar para o dia seguinte.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- Deu-se início ao Período da ordem do dia.-----

PROIBIÇÃO DE ABATE DE ANIMAIS - ENTRADA EM VIGOR:-----

----- O deputado municipal **Jacinto Leandro** aludindo ao assunto em título que se reporta à Lei n.º 27/2006 de 23 de agosto, que criava uma rede de centros de recolha oficial de animais e estabelecia a proibição de abate de animais errantes, questionou como é que a autarquia está a acompanhar o processo e se ainda há trabalho a fazer.-----

----- Questionou também qual o ponto de situação no que se refere às instituições particulares do concelho.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

TORRES VEDRAS/ALENQUER – CIDADE EUROPEIA DO VINHO 2018:-----

----- O deputado municipal **Nuno Henriques** congratulou a câmara municipal pelo êxito que esta iniciativa tem tido.-----

----- Deu nota que há um mês atrás recebeu na sua casa/museu na Beira Baixa que tem 400 anos o Bispo da Guarda, ao qual fez questão de servir vinho de Torres Vedras num almoço, onde foi tema de conversa o desconhecimento da quantidade de vinhas que existem no concelho de Torres Vedras, pelo que, acha que a promoção deve ser feita também na região de Turismo do Centro.---

----- O Presidente de Junta da União de Freguesias do Maxial e Monte Redondo, **Sr. Celso de Carvalho**, louvou o dinamismo que tem sido implementado pelas equipas técnicas dos dois municípios em todas as iniciativas ligadas ao vinho que têm sido levadas a cabo no âmbito do programa cultural associado e preparado para honrar a atribuição deste título, assim como toda a adesão que tem tido.-----

----- Deu nota que já se realizaram 20 eventos diretos e mais de 40 participações em feiras e mostras de vinhos, destacando algumas.-----

----- Realçou as parcerias que foram celebradas com os produtores e as adegas cooperativas, de muita importância para o sucesso da capital europeia do vinho e endereçou os parabéns aos Executivos de Torres Vedras e Alenquer, nas pessoas dos seus presidentes da câmara.-----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** informou que tem sido um percurso muito interessante que vai continuar até março quando irão entregar o galardão, agradecendo aos deputados as palavras.----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

EDUCAÇÃO/BOMBEIROS:-----

----- O **Sr. Nuno Henriques** propôs que a autarquia estudasse a possibilidade de fazer uma

discriminação positiva aos bombeiros que estão em serviço público de voluntariado, e pagam uma penalização porque não conseguem ir buscar os educandos dentro do horário permitido. -----

---- O **Sr. Presidente da Câmara** disse que na relação que têm com os bombeiros não têm qualquer indicador que os leve a tomar essa medida, mas se for necessário há abertura para o efeito.-----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

SITE DO MUNICIPIO:-----

---- O **Sr. Nuno Henriques** disse que já alertou para algumas falhas de protocolo no site da Câmara Municipal de Torres Vedras, como por exemplo o facto de ser omissa a lista dos presidentes de junta, para o qual solicitava a devida atenção. -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

AMBIENTE - LIXO:-----

---- O **Sr. Nuno Henriques** disse que as pessoas devem ser sensibilizadas para os “monos” que são deixados nas ruas no concelho, pois é grave e deve ser feito um esforço adicional para resolver o problema.-----

---- O **Sr. Pedro Vasa**, Presidente da Junta da Ponte do Rol, também considerou insustentável esta situação uma vez que após a recolha dos “monstros” ter passado a ser paga, há mais lixo a acumular-se juntos dos contentores. -----

---- O **Sr. Presidente da Câmara** disse que infelizmente trata-se de um problema de civismo e não de falta de serviço, pelo que têm que ir educando e sensibilizando os cidadãos nesse sentido.

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

CONSELHO MUNICIPAL DA CULTURA:-----

---- O **Sr. Nuno Henriques** questionou se o conselho em título vai avançar neste mandato, porque era importante para que todos possam discutir estas questões com pacifismo democrático, intelectual e de inovação e qualidade do espírito interventivo dos cidadãos, pois não podem estar todos de acordo, mas podem receber contributos cívicos em todos os locais. -----

---- O **Sr. Presidente da Câmara** informou que estão a equacionar no próximo ano avançar com um plano estratégico da cultura, que será um plano participativo e no qual irão de trabalhar com muita intensidade.-----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

CAPITAL EUROPEIA DA CULTURA – OESTE:-----

---- O **Sr. Nuno Henriques** questionou qual o ponto de situação da candidatura em título.-----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

LIVRO MEMÓRIAS DE GUERRA – ANTÓNIO MOREIRA:-----

---- O **Sr. António Carneiro**, saudou o deputado municipal António Moreira, pela publicação do

livro em título, um ex-camarada de armas, que pertence a uma geração que fez serviço militar obrigatório, assunto que está para si na ordem do dia.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

DIÁRIO DE NOTÍCIAS:-----

----- O **Sr. António Carneiro**, manifestou a sua dor pelo desaparecimento da banca de um jornal diário com aquelas características, algo que a geração mais nova não entenderá.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

CERTIFICAÇÃO DO PASTEL DE FEIJÃO:-----

----- O **Sr. António Carneiro** questionou há quantos anos se arrasta o processo de certificação do pastel de feijão e solicitou ao edil alguns esclarecimentos sobre o desenrolar do processo.-----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** deu nota que existem 13 indicadores que têm que ser cumpridos, dos quais 11 estão fechados. Após o processo será remetido à ACIRO, para conclusão. Concordou que está a demorar algum tempo, mas fizeram um compasso de espera uma vez que nos últimos tempos surgiram mais produtores de pastéis de feijão no concelho, sendo importante incluir todos na certificação.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

TURCIFAL:-----

----- O **Sr. António Carneiro** alertou a Câmara Municipal para o que considera ser um erro arquitetónico existente no Turcifal referindo-se ao que chamou de “cubo” pintado de encarnado e cinzento, exemplo que gostaria de acreditar que não se repetirá, não só nesta localidade, mas também em todos os centros históricos do concelho, no sentido de não os descaracterizar.-----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** disse que tomou nota da recomendação para em casos futuros terem uma atuação diferente do ponto de vista urbanístico.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

COLOCAÇÃO DE MÉDICOS DE MEDICINA GERAL E FAMILIAR – COMISSÃO DE SAÚDE:

----- A **deputada municipal Rita Sammer** deu nota que o Sr. Presidente da Assembleia informou os deputados municipais por e-mail, que as 13 vagas do ACES, neste recente concurso, foram preenchidas na totalidade e que alguns dos médicos, devido a gozo de férias, só entram ao serviço no próximo dia 1/10.-----

----- Realçou o papel que a Assembleia Municipal poderá ter dado para que este assunto fosse sofrendo algum impulso e questionou o edil se já tem informação concreta dos médicos de medicina geral e familiar que virão para Torres Vedras.-----

----- O Sr. Presidente de Junta da União de freguesias do Maxial e Monte Redondo, **Celso de Carvalho**, deu nota de que o Presidente da Assembleia também informou os presidentes de junta e lembrou a sua persistência, para que todos partilhassem esta causa, e de facto parece que vão

ter os 13 médicos de família geral e familiar que estavam em falta, para que não haja utentes sem médico de família.-----

---- O **Sr. Nuno Henriques** lembrou que a comissão de saúde não fez chegar aos profissionais do concelho o relatório que foi aprovado na sessão anterior, o que era importante em termos de partilha de dados.-----

---- O **Sr. Presidente da Câmara** confirmou o preenchimento das 13 vagas no âmbito da ACES Oeste SUL, sendo 7 para Torres Vedras, que iniciarão funções no início do mês de outubro, possibilitando melhorar o rácio de médico de família do concelho.-----

---- Lembrou que há o compromisso do Ministro da Saúde de no final da legislatura todos os portugueses terem médico de família sendo nesse sentido que estão a trabalhar. No que diz respeito à instalação de uma 3.ª unidade de saúde em Torres Vedras, a autarquia está a trabalhar em conjunto com a ARSLTV.-----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ABRIGO PASSAGEIROS - EN 8 /BARRO/ENTRADA DA CIDADE:-----

---- A **deputada Teresa Oliveira** interveio no sentido de dar nota que não existe passadeira, bandas sonoras, nem iluminação antes de chegar à rotunda dos cavalos na via em título o que constitui um perigo elevado para os utilizadores, pois na passada semana um aluno foi atropelado, e não sendo a primeira vez, a continuar assim não será a última, questionando sobre a possibilidade de resolver a situação.-----

---- O **Sr. Presidente da Câmara** disse que vão reformular aquela paragem, para a qual estão a estudar a melhor solução com vista a melhorar a segurança.-----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PARQUE VERDE DA VÁRZEA:-----

---- A **Sra. Teresa Oliveira** lembrou que na sessão anterior, quando questionado sobre a manutenção deste parque, o edil respondeu que a equipa de manutenção estava a terminar uns trabalhos em Santa Cruz e seria prioritário a seguir virem para o parque em causa, mas verificou que os bancos de madeira estão cada vez piores.-----

---- O **Sr. Presidente da Câmara** informou que acabaram as obras em Santa Cruz e também já terminaram as obras necessárias no parque escolar para o arranque do ano lectivo e assim sendo no mês de outubro a situação do parque em causa ficará resolvida.-----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ARRANQUE DO ANO LETIVO 2018/2019:-----

---- A **Sra. Leonor Marinheiro** saudou toda a comunidade educativa e o programa “Olá setembro – regresso à escola para todos”, iniciativa da autarquia com três anos de existência e que incluiu diferentes áreas de intervenção, enumerando algumas.-----

----- Enalteceu ainda a Câmara Municipal de Torres Vedras, pela organização e gestão dos transportes escolares, atividades de enriquecimento curricular e ação social escolar, oferta de projetos que engrandecem e permitem uma melhor e mais eficaz “instituição escola”. -----

----- Desejou que todo este trabalho seja consolidado em bons êxitos escolares e deixou votos de muito sucesso. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** agradeceu as palavras da deputada assegurando que se trata de um trabalho conjunto com a comunidade torriense, que faz com que Torres Vedras esteja na primeira linha nesta área. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

3.ª UNIDADE DE SAÚDE FAMILIAR: -----

----- O **Sr. Pedro Castelo** questionou se hoje o edil pode disponibilizar informações concretas sobre a possibilidade de instalar uma 3.ª unidade de saúde no prédio em construção ao lado do mercado municipal pois sabem que há muitos torrienses sem médico de família e ficaram entusiasmados com esta ideia. -----

----- Lembrou que existem duas USF na cidade, a Gama que tem 20 mil utentes, com 1 médico em pré-reforma e 3 que se reformaram recentemente, para a qual só entrou 1 médico; a Arandis cobre 18 mil utentes, tem um médico em pré-reforma e não entrou nenhum, nem está previsto entrar. -----

----- As notícias que tem vindo a público sobre o Serviço Nacional de Saúde não são boas, com demissões em bloco de diretores clínicos um pouco por todo o país e a falta de condições generalizada de norte a sul e não se pode dizer, passados três anos, que a culpa é do Passos Coelho. Questionou em que moldes o edil pensa articular este assunto e se ainda acredita que é possível a constituição da 3.ª unidade de saúde familiar. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** respondeu afirmativamente. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

SANTA CRUZ - ONDA DE VERÃO: -----

----- O **Sr. Rui Lopes** interveio no sentido de se referir ao Verão, a Santa Cruz e conseqüentemente à “Onda de Verão” que teve um conjunto de atividades organizadas pelo município e com o qual ao longo dos anos, têm tentado dinamizar Santa Cruz. -----

----- Referiu-se ao Ocean Spirit que este ano trouxe finalmente a esta localidade aquilo que é a sua génese, o “Festival de Ondas” e que contou com a participação de mais de 500 atletas oriundos de 17 países e 50 mil visitantes, o que é de enaltecer. -----

----- Aludiu também a todas as outras atividades que fazem parte da programação, este ano com a novidade da música ao vivo no Pátio, que foi muito participada pela população e com o qual atraem outros promotores. -----

----- Disse ser visível que Santa Cruz está cada vez mais atrativa, para o que também irá contribuir a remodelação do Parque Municipal de Santa Cruz, que será mais um equipamento para ser utilizado durante todo o ano. -----

----- Por último disse que o Verão não é só Santa Cruz, reconhecendo por isso a importância das associações do concelho, que realizam as suas festas de verão nesta época do ano e que tornam o concelho vivo e vivido. -----

----- Assegurou que Santa Cruz está viva e Santa Cruz 365 é uma realidade. -----

----- A **Sra. Marta Gerales** fez notar que quando existem atividades as pessoas aderem, mas é pena que atualmente sejam os privados a mostrarem o caminho à Câmara Municipal, destacando a Sealand, uma associação que muito tem feito, mas é altamente patrocinada pela autarquia -----

----- Disse que os dados do Ocean Spirit não são claros, mas teve fraca participação em relação a anos transatos. Referiu que as noites no pátio são feitas por privados e que acha que acha que a noite em Santa Cruz está a ser asfixiada, pois as pessoas não têm para onde ir, o controlo está cada vez pior, com pancadaria na rua, ou seja, a coisa não vai bem. -----

----- Considera que era importante reforçar o policiamento em certas zonas de Santa Cruz em algumas horas. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** disse que cada vez mais é importante terem um trabalho de cooperação nos 20 Km de costa e foram muitas as associações que deram o seu melhor para o resultado positivo desta época balnear, que terminou recentemente e onde a Câmara tem o seu papel assim como as empresas e os veraneantes. -----

----- Quanto à segurança informou que os indicadores que têm da GNR, demonstram uma diminuição significativa em relação ao ano transato. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

VISITA DO VICE- PRESIDENTE DE ANGOLA: -----

----- O **Sr. João Rodrigues**, reportando-se à visita do Vice-Presidente da Angola a Torres Vedras que o edil anunciou na reunião de câmara realizada no dia 28 de agosto, tendo dito que foram discutidos um conjunto de ações relevantes quer para Angola quer para Torres Vedras, questionou quais foram esses assuntos. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** disse que Angola vai entrar em eleições autárquicas tendo selecionado Torres Vedras para perceber qual era o modelo. -----

----- Esta partilha de experiências e de cooperação foi feita também na área de gestão da água e saneamento a nível dos SMAS, na formação de um corpo técnico. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

CARREGADORES MOBI.E - CARROS ELETRICOS: -----

----- O **Sr. João Rodrigues** deu nota que foram confrontados com queixas sobre alguns dos

carregadores elétricos existente na cidade, nomeadamente no Choupal que se encontra avariado há algum tempo, inquirindo a autarquia se tem conhecimento e o que pretende a fazer para resolver a situação. -----

---- O **Sr. Presidente da Câmara** disse que não consegue resolver o problema do posto do Choupal e já remeteu para quem tem a competência para resolver, mas não está fácil. No entanto estão atentos, já que o número de pessoas com carros elétricos aumentou e o têm feito esforço no sentido de ver a lei regulamentar publicada. -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ESTRADA VILA VERDE DE LAPADUÇOS:-----

---- O autarca da união de freguesias do Maxial e Monte Redondo, **Sr. Celso de Carvalho**, interveio no sentido de saudar o executivo pelo cumprimento de uma promessa política, feita a um mês e meio das eleições pelo edil aqui na assembleia a uma utilizadora desta via, no que se refere à repavimentação de 1500 metros da estrada que liga Aldeia Grande a Lapaduços que estava em muito mau estado e agora está concluída, neste ano que não é um ano de eleições.-----

---- O **Sr. Presidente da Câmara** agradeceu a intervenção do autarca assim como à presidente de junta de Vila Verde dos Francos que lhe enviou um mail a agradecer.-----

---- Lembrou que quando se fala em investimentos na rede viária, em 2017 o município investiu, através das juntas de freguesia 2,9 milhões de euros, que engloba os acordos de execução com as juntas de freguesia, manutenção da rede viária, aquisição de inertes e custos gerais de administração direta. -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

CONCURSO “PENSAR A MINHA RUA” -----

---- O **Sr. Sérgio Jacinto** interveio no sentido de manifestar a sua satisfação com o concurso em título, referindo a 10.ª edição com concretização da proposta para a Rua Dr. José de Bastos e a 11.ª edição que este ano declarou como vencedora a proposta para a Rua dos Bombeiros Voluntários, que se traduz numa excelente ideia, acrescentando que ficaria ainda melhor com a colocação de placa de indicação de inversão do sentido de marcha no início da Rua Dr. Aurélio Ricardo Belo para que os transeuntes tenham a noção de que o podem fazer imediatamente ali e não terem que ir à rotunda dos Cavalos. -----

---- Assinalou que em tempos também foi alvo de menção deste concurso a Praceta Calouste Gulbenkian e não sabendo como é feita a monitorização, fez notar que esta praça carece urgentemente da atenção da autarquia, designadamente entre as rotundas, pois a mobilidade é péssima, o estacionamento abusivo é caótico, sendo um inferno todos os dias úteis. -----

---- Assim questionou o Edil o que tem pensado para esta praça e para a resolução deste problema.-----

----- No que se refere à Praceta Calouste Gulbenkian o **Sr. Presidente da Câmara** disse que existem alguns picos de afluência, que vão resolvendo com bom senso, mas no atual orçamento não está planeada qualquer tipo de intervenção para esta praceta.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

EXPOSIÇÃO DE VIATURAS – AV. 5 DE OUTUBRO:-----

----- A **Sra. Marta Galdes** disse que lhe remeteram fotos da exposição de viaturas que a autarquia fez em cima do passeio em frente ao edifício, questionando a razão e considerando que é um mau exemplo em termos de mobilidade.-----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** explicou que se tratou de uma exposição inserida na Semana Europeia da Mobilidade, intitulada “Torres Vedras no caminho da Mobilidade” que deu a conhecer os 13 veículos elétricos que integram a frota da Câmara Municipal e dos SMAS, no sentido de sensibilizar as comunidades e que não interferiu no passeio em termos de mobilidade. -----

----- A Assembleia municipal tomou conhecimento.-----

TERMINAL RODOVIÁRIO DE TORRES VEDRAS:-----

----- A **Sra. Marta Galdes**, lembrou que se aproxima o início do ano letivo e a cobertura do terminal rodoviário localizado no parque regional e que passou de provisório a definitivo, e as obras continuam por fazer.-----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** informou que estão a concluir o projeto para o efeito, que tem que estar concluído até ao final do ano para submeter ao Centro 2020 para depois lançar concurso para a obra.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

SEMANA EUROPEIA DA MOBILIDADE – 16 A 22 DE SETEMBRO:-----

----- O **Sr. Nelson Aniceto** deu nota que no âmbito do programa “Combina e Move-te!” que é o tema deste ano da semana em título, foram realizadas várias ações com o objetivo de sensibilizar a utilização de diversos modos e meios de transporte e alertar os cidadãos para as consequências da utilização de formas de deslocação mais sustentáveis para o ambiente, saúde e qualidade de vida. Assinalou que foram realizadas campanhas de sensibilização junto das escolas e da população, nesse esforço continuado de reduzir CO2 e resolver os problemas de tráfego, destacando algumas, entre as quais o Dia Europeu Sem Carros que foi comemorado no dia 21 de setembro, com o encerramento do troço entre a Rua Batalha Reis em frente à Igreja da Graça. ----

----- Mencionou também a exposição da frota elétrica do município e deu também nota que no passado sábado, Torres Vedras apresentou o Portal da Mobilidade, que se apresenta com um instrumento de divulgação das medidas e políticas implementadas pelo município ao nível da mobilidade, apelando a todos que consultem. -----

----- Endereçou os parabéns ao executivo pelas iniciativas.-----

-----O **Sr. Sérgio Jacinto** interveio no sentido de expressar a sua preocupação com o contentamento do colega Nelson Aniceto já que há um ano atrás o largo de S. Pedro foi fechado por altura da comemoração do Dia Europeu Sem Carros, e um ano depois está encerrado definitivamente aos carros. Este ano a Rua António Batalha Reis é fechada ao trânsito no âmbito dessas comemorações questionando se o edil está com intenções de a fechar também aos carros.

-----O **Sr. Presidente da Câmara** agradeceu as palavras do deputado municipal, assentindo o bom trabalho que estão a fazer nesta vertente. -----

-----Quanto à Rua Batalha Reis informou que vai ser intervencionada no que se refere a acessibilidades ao Museu e o assunto já foi presente a reunião do executivo. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

FREGUESIA DA PONTE DO ROL: -----

----- O Presidente de Junta de Freguesia da ponte do Rol, Sr. Pedro Vasa lembrou que receberam 60 mil euros para manter a freguesia limpa, mas de IMI da freguesia a câmara recebe 500 mil euros. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** lembrou que cerca de meio milhão de euros foi transferido para a Freguesia de Ponte do Rol, em 2017, precisamente o valor do IMI, que decorre da atividade e da parceria que existe com a junta de freguesia e as associações locais. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

1 - PROPOSTA N.º 29/AM/2018 – VOTOS, MOÇÕES E RECOMENDAÇÕES: -----

VOTO DE PESAR: CÓNEGO ALFREDO MANUEL CERCA:-----

----- O **Presidente da Mesa** leu o voto em título:-----

-----““Nasceu a 1 de Outubro de 1942, no lugar do Arneiro, freguesia da Aldeia Galega da Merceana, concelho de Alenquer.-----

----- Aos 7 anos de idade foi para a Escola Primária da Merceana. -----

----- Aos 11 anos entrou no Seminário de Santarém, (na altura pertencente ao Patriarcado de Lisboa). -----

----- Aos 15 anos entrou para o Seminário de S. Paulo, em Almada. -----

----- Aos 18 anos passou para o Seminário Maior de Cristo Rei, nos Olivais. -----

----- Ordenado Diácono a 26 de Março de 1966. -----

----- 15 de Agosto de 1966 – ordenado presbítero, na Sé Patriarcal de Lisboa, por D. Manuel Gonçalves Cerejeira. -----

----- 21 de Agosto, do mesmo ano – celebrou “Missa Nova”, na sua terra natal. -----

----- Outubro de 1966 – foi nomeado para o Seminário Liceal de Penafirme, como professor e prefeito. -----

----- Outubro de 1971 – passou para o Externato do Bombarral, sendo simultaneamente, vigário

paroquial do Bombarral, Vale Covo e Pero Moniz.-----

---- 1978 – fez a sua Licenciatura em História, fazendo estágio na Escola Filipa de Lencastre, em Lisboa, de 1979/80.-----

---- Outubro de 1981 – voltou, como professor, para o Externato de Penafirme, dando simultaneamente, aulas em Torres Vedras, na Escola Henriques Nogueira. -----

---- Julho de 1986 – foi nomeado Diretor do Externato.-----

---- 18 de Abril de 2011 – nomeado Cónego da Sé Patriarcal de Lisboa e tomou posse como membro do Cabido da Sé Metropolitana Patriarcal de Lisboa a 18 de Junho de 2011, fazendo parte do Colégio de Consultores.-----

---- 7 de Outubro de 2012 – tomou posse como Pároco “in solidum” da Paróquia de N.ª Senhora do Amparo da Silveira.-----

---- 15 de Agosto 2016 – celebrou as suas Bodas de Ouro Sacerdotais.-----

---- 11 de Novembro 2016 – foi agraciado pela Câmara Municipal de Torres Vedras, com a Medalha de Mérito Municipal, de grau Prata.-----

---- Adoeceu a 21 de Maio 2018 – AVC.-----

---- Faleceu, em Torres Vedras, a 3 de Julho de 2018.-----

---- A Assembleia Municipal, reunida em 24 de Setembro de 2018, manifesta o mais profundo pesar pela morte do Reverendo Cónego Alfredo Manuel Cerca.-----

---- Endossa à família e às comunidades por onde passou (Póvoa Penafirme - Torres Vedras – Silveira), sentidas condolências.-----

---- O Grupo Municipal Socialista.”-----

---- Pediu a palavra o **Sr. Francisco Branco da Silva** que fez a seguinte intervenção:-----

---- “Certamente que este voto de pesar deverá ter a adesão dos outros grupos municipais, atendendo à personalidade que está aqui em causa.-----

---- É com magoa que estou aqui a votar um voto de pesar pela morte do Padre Cerca.-----

---- Tive o privilégio de o conhecer em 1966, como aluno do seminário Liceal de Penafirme e de ser seu colega no final da década de 70, criando uma amizade que perdurou até ao fim de sua vida.-----

---- Conheci-o muito bem, as suas mais variadas facetas da vida de padre, escuteiro, professor, diretor do Externato Penafirme e pároco da Freguesia da Silveira.-----

---- Era um padre que aliava a sua excelente cultura, ao espírito renovador e progressista do concílio do vaticano.-----

---- Foi um professor exigente e competente, sempre recetivo a novas práticas pedagógicas. Ao assumir a direção do externato, dando continuidade ao bom trabalho do Dr. José, António Gomes, foi um motivador para a abertura da escola à comunidade escolar do concelho e à valorização

profissional dos funcionários e especialmente dos professores. -----

---- Foi defensor intransigente da escola como espaço de liberdade, de dar atenção aos alunos mais carenciados, na renovação pedagógica e no apoio constante às atividades não letivas, ou seja, tudo o que contribuísse para o enriquecimento global dos alunos. -----

---- Era um homem com uma grande abertura de espírito. Como seu amigo ao longo de mais de 30 anos tivemos muitas concordâncias e outras tantas discordâncias, que nunca colocaram em causa o recíproco respeito e amizade. -----

---- Como diretor do externato era apaixonado pelo que fazia, e por tão bem querer à escola ou já por alguma debilidade nos últimos três/quatro anos da sua direção deixou-se infelizmente levar, encantar por falsos amigos, por alguns “cantos de sereia”, dos que só queriam a sua promoção pessoal e outros fins. -----

---- Foi um período de grande crise que a atual direção felizmente está a resolver. -----

---- Apesar deste percalço, no seu longo percurso, o Padre Cerca foi e é merecedor do nosso respeito e consideração pelo excelente trabalho que globalmente realizou em todos os lugares para onde foi enviado ao longo da sua vida”. -----

---- O Líder da bancada do PS, **Sr. Jacinto Leandro** subscreveu integralmente as palavras do orador anterior, que com ele privou durante muitos anos. -----

---- Salientou que o cónego marcou indelevelmente uma geração de alunos que por lá passou e marcou a vida daquela comunidade e fez de Penafirme um exemplo dos colégios particulares geridos neste caso pela igreja, no que se refere à relação com a comunidade e alunos. -----

---- A **Sra. Rita Sammer** disse que também o PSD se revê em tudo o que foi dito e subscreve integralmente o voto de pesar. -----

---- O **Sr. Nuno Henriques** apelou que o nome do cónego fizesse pelo menos parte de uma das novas artérias na freguesia da Silveira e que fosse homenageado a título póstumo. -----

---- O **Sr. Pedro Castelo** também manifestou que se revia inteiramente no voto, realçando toda a importância que teve na comunidade, acima de tudo numa escola que ainda hoje é extremamente importante, tendo presente que se trata de uma escola com contrato de associação, que tantos problemas teve nos últimos anos e o CDP-PP iria votar a favor. -----

---- A Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade, mandar lavra em ata o voto em título, observando um minuto de silêncio em memória do falecido. -----

MOÇÃO – APOIO AOS AGRICULTORES DO OESTE: -----

---- O Presidente da Mesa, Sr. António Fortunato leu o texto que se transcreve na íntegra: -----

---- “Considerando que: -----

---- a) Torres Vedras é um concelho onde a produção de uvas e de pera rocha assume particular importância na economia local; -----

----- b).As quebras de produção nas vinhas do concelho foram muito significativas. Em algumas propriedades as perdas foram mesmo totais. -----

----- c).As quebras de produção de pera rocha também são significativas, embora em menor dimensão que as de uva;-----

----- d).A produção de uva e de pera rocha assume um papel importante na economia de muitas famílias. Em alguns casos, dependendo quase em exclusivo destes produtos;-----

----- e).As condições climatéricas adversas, como foi o caso da vaga de calor ocorrida no mês de agosto, foram determinantes para as quebras de produção verificadas;-----

----- f).Nem todas as explorações agrícolas, designadamente as de menor dimensão, dispõem de seguros de colheita; -----

----- Tendo em conta o exposto, a Assembleia Municipal de Torres Vedras solicita ao Governo da República Portuguesa, que tenha em conta o levantamento dos prejuízos já efetuado pelas associações e cooperativas de produtores e disponibilize medidas e meios extraordinários de apoio aos produtores afectados pela anómala vaga de calor de modo a minimizar os prejuízos sofridos.-----

----- Que a presente moção, depois de aprovada, seja enviada para o Primeiro-ministro, Ministro da Agricultura, Grupos Parlamentares dos diferentes Partidos com assento na Assembleia da República, Comissão de Agricultura e Pescas e Diretora Regional da Agricultura.-----

----- Torres Vedras, 24 de setembro de 2018.-----

----- Grupo Municipal do PSD”.-----

----- O **Sr. Jacinto Leandro** disse que o Grupo Municipal do PS subscreve a proposta em título. ---

----- Lembrou que as associações de produtores, e associações agrícolas, em geral, todas têm seguros de colheitas, grande parte subscritas com apoios comunitários, mas podem haver pessoas que ficam fora. Sabe que as adegas todas do concelho têm esta questão resolvida.-----

----- Referiu ainda que o PS concorda com a moção e a sua intervenção é pedagógica, no sentido de as pessoas se associarem para que coletivamente estas situações sejam resolvidas da melhor forma. -----

----- O **Sr. Luís Carlos Lopes** disse que a moção se enquadra na crise que se instalou nos passados dias 2, 3 e 4 de agosto com uma vaga de calor anómala com temperaturas acima dos 40º. Referiu que o colega Jacinto Leandro tem parcialmente razão já que duas das adegas cooperativas do concelho têm a totalidade dos seus cooperantes cobertos pelo seguro, mas as outras não tem e além disso há um conjunto de produtores individuais que não são aderentes dessas cooperativas.-----

----- Deu conta que o seguro só cobre prejuízos superiores a 30% e as seguradoras estão a ser extremamente rigorosas, existindo divergências entre os produtores e as direções das adegas e os

peritos que conseguem arranjar diferenças entre o que os produtores pensam que perderam e o que efetivamente lhes querem pagar.-----

----- Acha que será um “paliativo” que irá minimizar os prejuízos existentes, ao que acresce que se fala que estes seguros participados podem aumentar os prémios ou vir a acabar, o que os tornaria muito onerosos.-----

----- Na mesma pedagogia, há medidas de apoios mediatos às adegas e cooperativas desta área no quadro comunitário vigente que poderão ser melhoradas, pois existem muitas dificuldades para obter os financiamentos.-----

----- Acresce ainda que está em discussão a questão dos direitos futuros de candidaturas a projetos de plantio, tendo ouvido falar em 2 e meio a 4 hectares para a nossa região, que também podia ser interessante como medida mediata.-----

----- Manifestou a sua satisfação pelo facto de o PS ser ter associado à moção, com a qual se pretende, com uma visão transversal a todos os partidos políticos, que haja uma perspetiva de futuro e medidas para apoiar o sector agrícola.-----

----- A **Sra. Teresa Oliveira** disse que o PCP também vai subscrever a moção, mas não deixa de ser interessante ver uma moção deste teor vinda desta bancada, uma vez que este partido, no governo, destruiu milhares de pequenos agricultores, estiveram em sintonia com a política europeia de destruição da nossa política alimentar e votaram a favor da redução das quotas leiteiras, pela lei da plantação das vinhas, das sementes e da alteração da lei da floresta e área de plantação de eucaliptos.-----

----- Assim ficam agradados por ver esta moção do PSD, que por uma vez está ao lado dos pequenos/médios agricultores.-----

----- O **Sr. Pedro Castelo** disse que o CDS-PP também vai votar a favor.-----

----- Sobre a intervenção anterior lembrou os anos do gonzalvismo e da reforma agrária, pelo que o PCP falar de agricultura depois de terem feito o que fizeram, requeria decoro.-----

----- O representante do TnL, **Sr. Sérgio Jacinto** disse ter ouvido com atenção a intervenção do colega Luís Carlos Lopes e a moção em discussão tem matéria pertinente.-----

----- Gostava da quantificação dos agricultores, qual a percentagem de prejuízo, qual o valor para ter ideia da grandeza e saber do que estão a aprovar.-----

----- O **Sr. Luís Carlos Lopes** disse que não está provido dos números, mas sabe que há zonas especialmente atingidas e no caso da sua família há uma propriedade que nada resta, mas na globalidade resume-se a 50%. No entanto será muito difícil de quantificar, mas sabe que as adegas de Carvoeira e de Dois Portos tem os estudos totais e sabe que há casos em que os prejuízos são volumosos.-----

----- A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a moção em título.-----

2 - PROPOSTA N.º 32/AM/2018 – TOMADA DE CONHECIMENTO - LEI-QUADRO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS – OFÍCIO DO MINISTRO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA E DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:-----

----- Presente ofício número 9252, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 31 de agosto, a informar que o Executivo em sua reunião de 28/08/2018 tomou conhecimento que foram desencadeados todos os procedimentos necessários a fim de que em 2019 se inicie o processo de descentralização das novas transferências para a câmara municipal, bem como a consequente transferência para as freguesias do município, de acordo com a referida lei.-----

----- Presente também ofício número 6947 do Ministro de Administração Interna, de 30 de agosto, a remeter esclarecimentos sobre assunto em título.-----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** começou por dar nota que a inclusão da data de 15 de setembro, na lei-quadro em título, para que as autarquias locais comunicassem à DGAL que não pretendem a transferência de competências para 2019, gerou alguma confusão, tendo o ministro da administração interna vindo esclarecer a questão.-----

----- No entendimento dos membros socialistas do Executivo, assim que estiverem na posse de todos os diplomas legais de âmbito sectorial relativos às diversas áreas a descentralizar da administração direta e indireta do estado, que estabelecem as disposições transitórias adequadas à gestão de procedimentos de transferência de competências, darão início aos procedimentos, que estão a seu cargo e da Vereadora Cláudia Ferreira sob a coordenação técnica do Diretor de Departamento de Estratégia.-----

----- Disse ainda que o município de Torres Vedras tem feito um percurso interessante neste nível, mas algumas das competências que vão ser transferidas são mais complexas e requerem uma análise mais aprofundada nomeadamente, na educação.-----

----- Pensa que será um desafio para o executivo municipal e para as equipas técnicas, e também para a assembleia municipal que terá que se pronunciar sobre o trabalho que vier a ser desenvolvido sobre esta matéria.-----

----- Deu nota que este pacote de descentralização foi aprovado por unanimidade no congresso da ANMP, fruto do seu trabalho junto do governo e os municípios têm que estar disponíveis.-----

----- Em matéria de transferência de competências às freguesias o município tem a experiência de algumas décadas a trabalhar nestas matérias descentralizadas, apostando num melhor serviço junto dos cidadãos.-----

----- Do lado de Torres Vedras há todo o empenho e determinação para analisar todos os diplomas, tendo informação que durante o mês de outubro um número significativo será publicado sendo necessário negociar, preparar, ajustar e dar o contributo do município para a implementação desta lei, que não teve a unanimidade na Assembleia da República, mas foi aprovada por maioria

qualificada.-----

---- A Líder da bancada do PSD, **Sra. Rita Sammer** disse que quanto à intervenção do edil queria distinguir entre uma questão de conteúdo e do processo. -----

-----Relativamente ao conteúdo, houve um amplo consenso na Assembleia da República e o PSD em Torres Vedras será parceiro do município nesta questão da descentralização das competências e podem contar com esta força partidária para este grande desafio que se avizinha.

---- Relativamente ao processo pensa que o edil não esteve bem quando produziu as declarações ao jornal Badaladas, se é que as produziu como estão publicitadas. -----

---- Efetivamente o reparo do ministro tem dois sentidos, e ele sentiu necessidade de o fazer porque alguns municípios se apressaram em dizer que não iam aceitar. Assim não ficou bem ao Presidente da Câmara, ter-se chegado à frente para fazer o contrapeso nesta matéria, independentemente do conteúdo das transferências de competências, até porque cabe à Assembleia Municipal aprovar este processo. -----

---- A Assembleia Municipal tem competências próprias que não devem ser ultrapassadas, e o que devia estar escrito no ofício é que a foram desencadeados os procedimentos necessários a fim de que a Assembleia Municipal se pronuncie sobre o processo de descentralização, que estaria correto.-----

---- Parece-lhe importante referir que não era a primeira vez que há um certo atropelamento das competências das Assembleia Municipal.-----

---- O Líder da Bancada do PS, **Sr. Jacinto Leandro** salientou que este ponto está agendado para tomar conhecimento, trata-se da legislação que enquadra as transferências de competências, mas ainda não estão definidos os requisitos para a Assembleia Municipal tomar posição, já que falta publicar a legislação sectorial.-----

---- Concorda com a deputada municipal Rita Sammer quanto à competência da Assembleia Municipal, mas se a Câmara não aceitar os termos das transferências de competências o assunto nem sequer vem à assembleia, logo é a câmara primeiro que toma essa decisão. É óbvio que a decisão final é do órgão deliberativo.-----

---- O **Sr. António Moreira** questionou se o edil tem ideia de quais as competências que a Câmara Municipal se propõe a receber.-----

---- O **Sr. António Carneiro**, reportou-se ao art.º 36.º da lei em título, que dispõe ser da competência dos órgãos das entidades intermunicipais o desenvolvimento da promoção turística interna sub-regional, em articulação com as entidades regionais de turismo, frisando que é texto de quem não sabe o que anda a fazer. -----

---- Lembrou que todos os municípios do país estão em competição uns com os outros na promoção interna sem prejuízo de haver projetos conjuntos, como é o caso do vinho com

Alenquer. A promoção turística interna é uma competência dos municípios e não percebe que se determine “em articulação com as entidades regionais de turismo” pois essa articulação não vai funcionar.-----

---- Também acha que uma comunidade intermunicipal deve ter legitimidade de *per si*, no mercado interno, articulando os seus municípios e as suas empresas, fazer o que bem entender e não faz sentido ter que articular com entidade regional respetiva.-----

---- Disse ainda que tinha muitas esperanças que esta lei abrisse uma porta às comunidades intermunicipais para promoção externa.-----

---- Explicou ainda que em causa está a promoção externa uma vez que que a promoção interna se faz com a promoção de eventos, mas assim vai haver uma zona cinzenta que vai depender muito de quem estiver à frente dessas entidades regionais.-----

---- A **Sra. Teresa Oliveira** disse concordar com a colega Rita quanto ao processo.-----

---- Referindo-se à lei em discussão fez notar que esta transferência de competências parece mais uma desresponsabilização do estado em áreas específicas e que são essenciais serem feitas pelo estado, sendo natural que venha a agravar as desigualdades nas autarquias locais. Desconhecem as implicações financeiras e organizacionais e há uma ausência total das matérias que são ser transferidas.-----

---- O **Sr. Pedro Castelo** reportou-se ao ofício do ministro, que tenta fazer passar este processo como o maior de sempre de descentralização autárquica. Pensa que estão perante um processo que é para aprender durante muito tempo e será um caminho que se irá fazer negociando.-----

---- Considera que pode ter alguns contornos perversos tendo presente as desigualdades existentes entre os vários municípios do país.-----

---- Assinalou que percebe a lei em causa, mas gostava que fosse aprofundada pelo ministério da administração interna. Espera que as autarquias ainda possam reivindicar algumas coisas e que no caso de Torres Vedras que possam negociar bem.-----

---- Respondendo à intervenção da deputada municipal Rita Sammer o **Sr. Presidente da Câmara** disse que seria mau se não tivesse opinião sobre esta matéria, mas tendo consciência que é um processo que tem vários passos.-----

---- Assim que os diplomas setoriais forem publicados a Câmara Municipal tem que os analisar e fazer propostas para remeter à Assembleia Municipal, que terá a palavra final.-----

---- Reafirmou que em democracia o presidente da câmara tem direito a ter a sua opinião.-----

---- No que se refere á questão colocada pelo deputado municipal António Moreira com base no conhecimento que tem à data, na generalidade estão em condições de aceitar as competências, no entanto com algumas reservas na área da educação, para perceber como vão acolher mais de 300 colaboradores do ministério de educação.-----

----- Também a manutenção do parque escolar tem que ser vista com muito rigor. -----
----- No que se refere às demais, concretamente na área da saúde, que é uma nova área, também já há algum trabalho feito em conjunto com a ARSLVT e o ACES Oeste Sul. -----
----- No que se refere às competências das comunidades intermunicipais, na vertente da promoção turística disse que era um primeiro passo importante, no sentido a que no futuro outros possam ser dados, já que é um processo dinâmico. -----
----- O **Sr. Sérgio Jacinto** disse que a lei quadro em apreço encerra um pacote mais alargado de transferências de competências que a administração central se prepara para fazer, para as autarquias, juntas de freguesia e comunidades intermunicipais. -----
----- Também se fala da reposição de algumas freguesias e questionou se há alguma notícia ou evolução de como esse processo está no concelho de Torres Vedras. -----
----- A **Sra. Rita Sammer** sinalizou que o presidente da câmara tem o direito de ter a sua opinião, mas não é o que referiu, não é o que está na notícia e não é o que está no ofício. -----
----- O **Sr. Luís Carlos Lopes** fez notar que a intervenção do colega António Carneiro a quem reconhece profundo conhecimento nesta área, trouxe-lhe alguma perplexidade, uma vez que denuncia algumas limitações nas competências a serem transferidas. -----
----- Assim, alertou o presidente da câmara para não querer ser rápido de mais em assumir determinado tipo de compromissos que possam ser precipitados. -----
----- Lembrou que não é só na educação que há complexidade, há outras áreas, tais como a gestão da costa, que são igualmente complexas atento o facto de serem competências que têm que ficar para todo o sempre e os fundos comunitários não durarem sempre. -----
----- O **Sr. Presidente Câmara** disse que esta é uma das áreas que estão muito à vontade. -----
----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

3 - PROPOSTA N.º 30/AM/2018 - INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO: -----

3.1 - INFORMAÇÃO SOBRE COMPETÊNCIAS DELEGADAS: -----

----- Presente informação referente à atividade do município de 8 de junho a 14 setembro de 2018 a qual se considera reproduzida e arquivada em pasta própria dos documentos referentes a esta sessão e à sua situação financeira, onde informa que a dívida a fornecedores a 12.09.18 é de € 938.289,99 e o saldo de tesouraria € 6.544.905,08. -----
----- A **Sra. Rita Sammer** reportou-se art.º 41.º do regimento da Assembleia Municipal alertando que há muito trabalho para fazer para completar a informação em apreço, no que se refere às alíneas a), b), e) e f). -----
----- De seguida questionou se o edil tem informação ou se pode obter sobre as duas vivendas que estão localizadas no acesso à Praia do Navio, escondidas com caniços, onde durante o verão

circulam carros de alta cilindrada, que têm TV por satélite e vivem lá pessoas. -----

---- A **Sra. Marta Gerald** reportou-se à promoção levada a cabo numa ação de marketing junto ao mercado municipal indicando que os placares sobre o estacionamento no mercado, foram bem conseguidos, espera que traga resultados e deu os parabéns à câmara pela ideia. -----

---- Pediu a palavra o **Sr. Sérgio Jacinto** que repetiu a questão sobre a reposição de freguesias feita no ponto anterior, que o edil não respondeu. -----

---- Disse que têm vindo a assistir recentemente à adaptação das passadeiras pela cidade para pessoas com mobilidade reduzida ou invisuais. Considera que foi um grande passo, pelo qual devem felicitar a autarquia e tanto quanto sabe decorre de uma proposta do orçamento participativo, recordando a presença na assembleia de uma cidadã com graves dificuldades de locomoção, tendo reforçado o alerta para que a autarquia melhore as acessibilidades e a mobilidade destes cidadãos. Parabenizou a autarquia referindo que este caminho é um bom começo, mas há muito que fazer. -----

---- O **Sr. Nuno Henrique** interveio no sentido de registar o melhoramento no documento em discussão. -----

---- Disse que o atendimento da câmara funciona relativamente bem, mas os funcionários não estão identificados, principalmente com a função que exercem. -----

---- Quanto ao documento em discussão o **Sr. Presidente da Câmara** agradeceu o contributo de todos para que a informação prestada seja a melhor, na certeza que se trata de um processo evolutivo. -----

---- Quanto à questão das moradias em Santa Cruz, solicitou à deputada municipal que desse a morada correta das mesmas para poder averiguar. -----

---- Relativamente à questão do deputado Sérgio Jacinto explicou que não fazia parte do tema, por isso não respondeu. Assegurou que é um assunto que vai estar brevemente em debate, depois da comissão técnica e da Assembleia da Republica se pronunciarem. -----

---- No tocante à intervenção da deputada Marta Gerald disse que teria que agradecer à Promotorres. -----

---- Por último esclareceu que os serviços de atendimento estão perfeitamente identificados, e não há atendimento no corredor. Mais esclareceu que estão a trabalhar no fardamento. -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PROPOSTA N.º 31/AM/2018 – TOMADA DE CONHECIMENTO DE CEDÊNCIA DE PARCELAS DE TERRENO PARA AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO: -----

---- Na sequência da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal, presente informação sobre as cedências de parcelas aceites pela Câmara Municipal: -----

---- Ofício número 7080, de 29 de junho: -----

----- Processo 01/4364/1991 – Requerimento n.º 01/4051/2018 – Carlos António Cruz - parcela de terreno, situada na Rua Nossa Senhora da Esperança, São Pedro da Cadeira, Freguesia de São Pedro da Cadeira, com a área de 32,00m², a retirar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 462, e participado na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 2649, da mesma freguesia, destinados a benefício da via pública, e à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 160,00.-----

----- Ofício número 7565 de 17/07/2018: -----

----- 1 – Processo CS/10/2018 – Requerimento n.º CS/3632/2018 – Maria Carolina Miranda - Cabeça de Casal da Herança de - parcela de terreno, situada no Casal das Barbadinhas, em A-dos-Cunhados, da União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, com a área de 300,00m², a retirar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o artigo 46, da Secção “TT” da Freguesia de A-dos-Cunhados, e participado na respetiva matriz predial rústica, sob o n.º 3747, da União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, destinada ao alargamento da via pública, e à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 1.500,00.-----

----- 2 – Processo CD/3/2018 – Requerimento n.º CS/3598/2018 – Daniel Augusto Antunes Botelho - parcela de terreno, situada na localidade de São Mamede, da Freguesia de Ventosa, com a área de 55,00m², a retirar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 4576, da Freguesia da Ventosa, e participado na respetiva matriz predial, sob o artigo 5053, da mesma freguesia, destinada ao benefício da via pública, e à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 275,00.-----

----- Nos termos do ponto 2, do artigo 38.º, do CIMI, o valor patrimonial do prédio deverá ser arredondado para a dezena de euros imediatamente superior, assim o valor acima indicado passa a ser de € 280,00.-----

----- Ofício número 8017, de 27 de julho.-----

----- 1 – Processo OP/25/2012 – Requerimento n.º OP/4916/2018 – Ana Sofia dos Reis Miranda - parcela de terreno, situada na Rua Pinhal da Senhora, em Casal Naculas, Freguesia de Silveira, com a área de 6,50m², a retirar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 7813, da Freguesia de Silveira, e participado na respetiva matriz predial urbana, sob o artigo 8838, da referida freguesia, destinada ao benefício da via pública, e à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 32,50, cujo valor foi arredondado, nos termos do ponto 2, do artigo 38.º, do CIMI, para € 33,00.-----

----- Ofício número 9253, de 31 de agosto.-----

----- 1 – Processo CD/5/2018 – Requerimento n.º CD/5440/2018 – Susana Isabel Antunes dos Reis e Outro - parcela de terreno, situada na Rua Terra da Horta, Freguesia de Silveira, com a área de 23,50m², a retirar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o

nº 8186, e participado na respetiva matriz predial rústica sob o artigo 9169, ambos da citada freguesia, destinadas ao alargamento da via pública, e à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m2, perfazendo um total de € 117,50. -----

---- Nos termos do ponto 2 do artigo 38.º do CIMI, o valor patrimonial do prédio foi arredondado para a dezena de euros imediatamente superior, assim o valor acima indicado passa a ser de € 120,00. -----

---- 2 – Processo OP 23/2013 – António Francisco da Silva Roque de Carvalho – parcela de terreno situada em Barrocas, freguesia de São Pedro da Cadeira, com a área de 128,60m2 (55,35m2 já cedidos e 73,25m2) a retirar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 3487, da freguesia de São Pedro da Cadeira, destinada a via pública, e à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m2, perfazendo um total de € 643,00. -----

---- Nos termos do ponto 2 do artigo 38.º do CIMI, o valor patrimonial do prédio foi arredondado para a dezena de euros imediatamente superior, assim o valor acima indicado passa a ser de € 650,00. -----

---- Ofício número 9411, de 6 de setembro:-----

---- 1 – Processo CD/6/2018 – Requerimento n.º CD/5454/2018 – José Luis Gomes Miranda - parcela de terreno, situada na Cerca, Freguesia de Silveira, com a área de 812,40m2, a retirar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 866, e participado na respetiva matriz predial rústica sob o artigo 140 da seção M, ambos da citada freguesia, destinadas ao alargamento da via pública, e à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m2, perfazendo um total de € 4062,00. -----

---- Nos termos do ponto 2 do artigo 38.º do CIMI, o valor patrimonial do prédio deverá ser arredondado para a dezena de euros imediatamente superior, assim o valor acima indicado passa a ser de € 4070,00. -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

4 - PROPOSTA N. 33/AM/2018 - PETIÇÃO – PRIMEIRO SUBSCRITOR ANTÓNIO MANUEL DE FERNANDES OLIVEIRA – RESTABELECIMENTO IMEDIATO DO TRÂNSITO AUTOMÓVEL NO LARGO DE S. PEDRO: -----

---- Presente petição em título, conforme previsto no n.º 3 do at.º 68.º do regimento em vigor, apresentada no âmbito dos problemas de mobilidade existentes em Torres Vedras, a reclamar do recente encerramento do acesso de veículos automóveis no Largo de São Pedro, considerando tratar-se de uma decisão errada da Câmara Municipal, pelo que solicitam o restabelecimento imediato do trânsito automóvel naquela zona da cidade. -----

---- O **Sr. Presidente da Câmara** informou que estão a desenvolver o Conselho Consultivo para Dinamização do Centro Histórico, no âmbito do qual, no final do ano farão a avaliação das

medidas já implementadas, que oportunamente partilharão com a assembleia. -----

---- A **Sra. Rita Sammer** começou por questionar se o Gabinete Técnico Local do Centro Histórico está em funcionamento, ao que o edil confirmou. -----

---- Nessa sequência, tendo presente deliberação de Câmara de 26/06/2018 que define a composição do referido conselho consultivo, e lembrando que a Assembleia Municipal em 2007 aprovou um Plano de Pormenor de Reabilitação do Centro Histórico, que prevê a criação de um Gabinete Técnico Local do Centro Histórico com determinadas funções, questionou como chegaram a esta questão que tem a ver com a petição. -----

---- Referiu que a petição em causa surgiu porque não houve abertura para ouvir, o acompanhamento do GTLCT também não funcionou e o assunto não foi discutido numa reunião pública, como sugerido pelo Vereador do PSD, embora o edil ter dito que era apoiado pelos comerciantes. -----

---- Fez notar que usar o argumento que está previsto numa alínea do plano de pormenor não é válido, pois do mesmo constam um conjunto de medidas, e quando apenas, de forma avulsa, se implementam algumas medidas, não funciona. -----

---- Considera que a intervenção no espaço público deve ser executada com cautela e devem auscultar as pessoas com tempo. -----

---- Lembrou que em 2007 o PSD votou favoravelmente o plano, mas com algumas considerações, propondo que todas as alterações que envolvessem o fecho de ruas fossem devidamente discutido e acompanhado com a população, quer residentes quer comerciantes e foi isso que falhou. -----

---- Quanto à petição folgamos em saber que está a ser feito o acompanhamento, em termos de recomendação, que é o que caberá à assembleia municipal no sentido de em futuras intervenções desta natureza, que mexem muito com a vidas das pessoas, possam ser discutidas *anteriori* e não à *posteriori*, como aconteceu. -----

---- O **Sr. Sérgio Jacinto** subscreveu integralmente todas as palavras da colega que o antecedeu.

---- O **Sr. Jacinto Leandro** disse que globalmente o processo poderá ter falhas e poderá haver cidadãos que não se sintam representados nas decisões que o Executivo toma. -----

---- No tocante á petição anunciou que o PS elaborou uma recomendação à câmara municipal, que esperava, colher o consenso de todas as bancadas, que passou a ler. -----

---- Após intervenções de alguns membros e do Sr. Presidente da Câmara sobre a recomendação apresentada pelo PS, cujo texto suscitou algumas dúvidas no que se refere ao prazo para avaliação das medidas, e uma vez que se aproximava a hora regimental para o encerramento dos trabalhos, a Assembleia decidiu suspender a discussão deste ponto, remetendo a votação da recomendação, com o texto devidamente ajustado, para dia seguinte. -----

-----Assim, o Presidente da Mesa suspendeu os trabalhos indicando que continuariam no dia 25 de setembro pelas 21.00h, em conformidade com a convocatória e edital respetivos.-----

AOS VINTE E CINCO DIAS DO MÊS DE SETEMBRO PELAS 21.00 HORAS, REUNIU A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS, PARA CONTINUAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA, INICIADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2018:-----

-----Face à ausência do Presidente da Mesa, presidiu nos termos da alínea d) do art.º 20.º do regimento o Primeiro Secretário António Fernando Alves Fortunato, tendo sido secretariado por Ana Rita Vilela Ribeiro (Segundo Secretário) e Francisco da Cruz Branco da Silva.-----

----- Estiveram presentes os seguintes membros:-----

-----Rita João de Maya Gomes Sammer, Jacinto António Franco Leandro, Susana Maria Ribeiro das Neves, Pedro Miguel de Sousa Nunes Castelo, António Carlos Nunes Carneiro, Dina Teresa Antunes de Sousa Almeida, Rui José Prudêncio, José António do Vale Paulos, António Martins Moreira, Maria Teresa Lopes de Oliveira, Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Marta Filipa Sousa Geraldes, Maria Leonor Marques Marinheiro, João Pedro Alves Pimentel Duarte Gomes, Nelson Laureano Oliveira Aniceto João António Florindo Rodrigues, Sérgio Paulo Ribeiro Jacinto, Rui Pedro Avelar, Nuno Miguel Almeida dos Santos Henriques, Ana Paula Santos Mota, Maria Manuela Hortas Silva Pacheco, Ana Isabel Marques Fiéis, Paulo Dinis Faustino Valentim, Pedro Miguel Germano Bernardes, Pedro Jorge Vasa Santos, António Joaquim do Espírito Santo, Carlos Alberto Alves Gomes, Luis Pedro Duarte Silva, João Carlos Esteves Caldeira, Luis Miguel Antunes Batista, Nuno Alexandre Paulo Cosme, Natalina Maria Martins Luís, Nuno Carlos Lopes Pinto, Francisco Mota Tomaz, Celso Jorge Carvalhal Carvalho, Francisco João Pacheco Martins e Artur Alexandre dos Santos Narciso.-----

----- Estiveram ainda presentes o Sr. Presidente da Câmara, Carlos Manuel Antunes Bernardes, e os Srs. Vereadores Marco Henriques Claudino, Ana Brígida A.M.C. Umbelino, Luis Filipe Barbosa Aniceto, Bruno Miguel Félix Ferreira, Maria João Pinho Ribeiro, Hugo Gerado Silva Lucas e Cláudia Sofia Ferreira. -----

4 - PROPOSTA N. 33/AM/2018 - PETIÇÃO – PRIMEIRO SUBSCRITOR ANTÓNIO MANUEL DE FERNANDES OLIVEIRA – RESTABELECIMENTO IMEDIATO DO TRÂNSITO AUTOMÓVEL NO LARGO DE S. PEDRO: -----

----- O **Sr. Presidente da Mesa**, lembrou que os trabalhos ficaram no ponto quatro no sentido de que fosse apresentada um documento que reunisse o consenso do plenário para que fosse remetida à Câmara Municipal e nesse sentido deu a palavra ao líder da bancada do PS. -----

----- O **Sr. Jacinto Leandro** lembrou que a competência para decidir este assunto é da Câmara Municipal mas dada a sua pertinência é importante remeter-lhe a petição com algumas recomendações incluindo um compromisso temporal que passou a ler. -----

----- A **Sra. Rita Sammer** disse que se trata da primeira vez que uma petição é agendada, e o que agora fizeram abrirá precedente para o futuro e seria interessante uma posição conjunta que traduza o papel da Assembleia nestes casos. Esse esforço foi feito, tendo o PSD tentado introduzir a questão temporal pelo que estavam em condições de passar à votação.-----

----- O **Sr. Sérgio Jacinto** disse que o texto é globalmente positivo, contudo o espaço temporal que é concedido para a tomada de decisão parece-lhe exagerado, e se têm até ao final do ano para fazer a avaliação, estão a falar de 9 meses e podiam encurtar o espaço da decisão.-----

----- O **Sr. Pedro Castelo** defendeu que para o CDS-PP era ponto de honra que a recomendação tivesse um espaço temporal definido. O texto parece-lhe equilibrado e parece-lhe justo que os primeiros seis meses sejam testados, no sentido de perceber se o largo de S. Pedro é de continuar assim ou não.-----

----- A recomendação está equilibrada e pensa que o primeiro subscritor vai ficar descansado. Também abre uma janela de oportunidade para que o Executivo emende o que tiver que ser emendado-----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** concordou com o recomendado.-----

----- A Assembleia Municipal aprovou, por maioria, com 37 votos a favor, e três abstenções a seguinte recomendação, da qual será dado conhecimento ao primeiro subscritor, em cumprimento do disposto no n.º 1 do art.º 68.º do citado regimento.-----

----- “Em 20 de Junho de 2018 deu entrada nos serviços de apoio da Assembleia Municipal uma Petição apresentada por um grupo de cidadãos, tendo como primeiro subscritor António Manuel Fernandes de Oliveira, reclamando do recente encerramento do acesso de veículos automóveis ao Largo de S. Pedro, considerando "tratar-se de uma decisão errada da Câmara Municipal" e solicitando "o restabelecimento imediato do trânsito automóvel daquela zona da cidade".-----

----- Considerando que:-----

----- 1. O direito de petição ora exercido tem suporte na lei e no regimento desta Assembleia;-----

----- 2. O objeto da matéria peticionada não se enquadra, contudo, na competência legal da Assembleia Municipal, mas sim do Órgão Executivo;-----

----- 3. O Executivo Municipal se comprometeu a realizar a primeira avaliação da medida até final do ano de 2018;-----

----- A Assembleia Municipal, reunida nesta data, remete a presente petição à Câmara Municipal, a competente, e RECOMENDA que, uma vez na posse de todos os dados correspondentes à testagem do modelo agora proposto e também do parecer do Conselho Consultivo, promova durante o primeiro semestre de 2019 uma discussão alargada que anteceda qualquer deliberação definitiva, e disso mesmo dê nota ao primeiro subscritor da petição.-----

----- Torres Vedras, 25 de setembro de 2018.”-----

----- Anota-se que se abstiveram os membros do PCP e do BE.-----

5 - PROPOSTA N.º 46/CM/2018 - DELIMITAÇÃO DE ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE ARENES NA CIDADE DE TORRES VEDRAS:-----

----- Presente ofício número 7081, da Câmara Municipal, de 29 de junho último, a remeter a proposta de delimitação em título, tendo presente a competência da assembleia nesta matéria, em conformidade com o deliberado pelo Executivo em 26/06/2018.-----

----- Foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara** que lembrou a primeira experiência que têm com este tipo de procedimento foi no Centro Histórico, a segunda no Matadouro, envolvente e Bairro da Boavista, e agora vão concentrar-se na entrada nascente da cidade atento o facto de necessitar ser reabilitada, sendo este instrumento de gestão fundamental para o efeito.-----

----- Nesta área existe o IVV, o edifício antigo dos SMAS, o Estádio Municipal Manuel Marques e ainda um conjunto de propriedades privadas que constam no levantamento que foi feito. Esta delimitação é um passo importante relativamente à ARU e às ações decorrentes nas várias dimensões, tais como benefícios fiscais para os proprietários puderem reabilitar as propriedades. -

----- Trata-se de um procedimento que se pretende alargar às freguesias como motor de alavancagem da regeneração urbana e requalificação do edificado, e na cidade alargar e visitar algumas das zonas já delimitadas.-----

----- A delimitação em apreço refere-se a uma zona prioritária, atendo o facto de existir a possibilidade de poderem utilizar o novo ciclo de fundos comunitários.-----

----- A **Sra. Rita Sammer** disse que depois da reunião que a CPL teve com os técnicos ficou com a ideia que com esta ARU, o território da cidade ficava todo coberto, mas não é assim.-----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** esclareceu que a delimitação em apreço é só em Arenes e ainda há zonas da cidade que terão de ser equacionadas no futuro.-----

----- A Assembleia Municipal, fazendo uso da competência prevista no n.º 1, do art.º 13, do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23/10, na sua atual redação deliberou, por unanimidade aprovar a delimitação de Área de Reabilitação Urbana de Arenes na cidade de Torres Vedras.-----

6 - PROPOSTA N.º 47/CM/2018 - ALTERAÇÃO AO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS PARA INSTALAÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DO TURCIFAL:-----

----- Presente ofício número 8018, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 27 de julho último, a remeter a proposta de alteração em título, tendo presente as competências da assembleia nesta matéria, de conformidade com o deliberado pelo Executivo em sua reunião de 24/07/2018.-----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** apresentou o assunto, dizendo que a alteração proposta era mais um passo para concluir este processo, que teve discussão pública e vem ao órgão deliberativo para aprovação.-----

----- A **Sra. Rita Sammer** congratulou-se com o facto deste processo estar resolvido e como o

centro escolar em causa fica numa zona complexa no que se refere às acessibilidades, gostariam de ter a garantia de que o circuito a pé fica salvaguardado em segurança, com ligação ao centro da vila. -----

---- O **Sr. Presidente da Câmara** assegurou que as acessibilidades ao centro escolar são fundamentais e estão a trabalhar com esse objetivo, quer no que se refere à via pedonal quer à viária. -----

---- A Assembleia Municipal, no uso da competência prevista no n.º 1, do art.º 90.º, do Decreto-lei n.º 80/2015, de 14/05, deliberou por unanimidade aprovar a alteração ao Plano Diretor Municipal de Torres Vedras para instalação do Centro Escolar do Turcifal. -----

7 - PROPOSTA N.º 48/CM/2018 - RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DE TORRES VEDRAS: -----

---- Presente ofício número 8019, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 27 de julho, a remeter o relatório em título, cuja versão final, após discussão pública foi aprovada pelo executivo em sua reunião de 24/07/2018. -----

---- O **Sr. Presidente da Câmara** lembrou o PDMTV em vigor tem 10 anos de vigência havendo necessidade de se elaborar a 2.ª revisão e para dar este passo foi necessário elaborar o relatório em discussão em cumprimento do n.º 3 do art.º 189.º do Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14/05 com vista a traduzir o balanço da execução dos programas e dos planos territoriais, objeto de avaliação, bem como dos níveis de coordenação, interna e externa obtidos, fundamentando uma eventual necessidade de revisão. -----

---- Aproveitou para agradecer a toda a equipa técnica, que deu contributo importante para a feitura do relatório que permitirá elaborar as propostas de alteração do PDMTV e que irão dar corpo à visão do Executivo em termos de ordenamento do território e sua implementação. -----

---- A **Sra. Rita Sammer** disse que o relatório em discussão é um documento muito complexo, que lhes dá uma imagem concreta e objetiva das várias áreas de intervenção do PDM, estendendo cumprimentos aos técnicos que o elaboraram. -----

---- Trata-se de um documento importante para o processo de revisão que se adivinha e questionou para quando está previsto que se inicie esse processo e quais são as sequências que têm que ser cumpridas. -----

---- O **Sr. Presidente da Câmara** informou que o procedimento já teve início com rondas às freguesias e gostava de finalizar todo o procedimento de modo a que entrasse em vigor no final de 2020. -----

---- O **Sr. Jacinto Leandro** disse tratar-se de um relatório bastante completo, que resulta de uma exigência legal e consubstancia um conjunto de informação muito completa em diversas áreas. ----

---- Em termos de informação sobre Torres Vedras é documento muito completo traduzindo-se

numa base de trabalho permanente e para a revisão ao PDMTV e recomenda a sua leitura a todos os colegas.-----

----- A Assembleia Municipal, tendo presente a competência prevista no n.º 3, do art.º 189.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14/05, deliberou por unanimidade aprovar o relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território de Torres Vedras. -----

8 - PROPOSTA N.º 49/CM/2018 - ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA 2018:-----

----- Presente ofício número 9164, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 30 de agosto, a remeter a proposta de alteração ao mapa de pessoal da Câmara Municipal para 2018, a qual consiste na criação de 10 postos de trabalho na carreira de assistente operacional a afetar à Área de Intervenção Socioeducativa. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** disse que de acordo com o trabalho que a autarquia tem desenvolvido a proposta em apreço visa suprir algumas necessidades nesta área. -----

----- A Assembleia Municipal, ao abrigo da competência prevista nos n.ºs 4 e 5 do art.º 29 da lei n.º 35/2014 de 20/06, deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração ao mapa de pessoal para 2018, a qual consiste na criação de 10 postos de trabalho na carreira de assistente operacional a afetar à Área de Intervenção Socioeducativa. -----

9 - PROPOSTA N.º 50/CM/2018 – TOMADA DE CONHECIMENTO DO RELATÓRIO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DOS VÍNCULOS PRECÁRIOS (PREVPAV);-----

----- Presente ofício número 9617, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 11 de setembro a remeter, de acordo com o deliberado pelo Executivo em sua reunião de 4/09/2018, o relatório em título, que espelha o impacto financeiro do município de Torres Vedras na implementação desta medida, com os dados que dispõe e possíveis de antever à data. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** disse que tinham assumido o compromisso de trazer à Assembleia Municipal um relatório sobre este processo, que reflete a integração de 50 colaboradores nos quadros da Câmara Municipal- -----

----- Pensa que foi uma medida acertada, em função das necessidades dos serviços, aos dias de hoje e resultou do trabalho conjunto liderado pela Vereadora Cláudia Ferreira e pela Chefe de Divisão de Recursos Humanos Dra. Joana Barradas, agradecendo a todas as equipas que participaram.-----

----- Informou que só 3 pessoas é que não quiseram fazer este vínculo com a autarquia. -----

----- Considerou ser uma medida interessante para a estabilização do emprego e através da qual puderam reforçar os quadros do município, em várias áreas. No município de Torres Vedras está implementada e devidamente avaliada e o relatório expressa o impacto financeiro da mesma. -----

----- A **Sra. Rita Sammer** interveio no sentido de lembrar que quando a questão sobre o PREVPAV

foi levantada na Assembleia Municipal pelo Bloco de Esquerda, teria havido informação que se estava a aguardar dados da DGAEP e da DGAL relativamente às reconstituições na carreira para poder ser avaliado o impacto financeiro. -----

----- Está de acordo com a medida, mas estranha a forma como a informação está prestada, porque logo que se reconstituam as carreiras estes dados vão com certeza alterar-se de forma significativa. Estranha que não tenha sido feita uma previsão do resultado da reconstituição da carreira, o que não lhe parece assim tão complexo de ser feito. -----

----- Assim questionou sobre o facto de estarem a decorrer apenas 5 concursos, e qual razão de faltar os outros 50 e qual a data prevista para a conclusão do programa, ou seja, a integração dos trabalhadores e a reconstituição nas carreiras, até porque vai ter de estar contemplado no próximo orçamento. -----

----- O Presidente de junta da Ponte do Rol, **Sr. Pedro Vaza** aproveitou o assunto para alertar que no Centro Escolar de Ponte do Rol têm um nível muito elevado de precaridade para gerir, e deviam pensar em estabilizar esta vertente que beneficiaria toda a comunidade escolar. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** no que se refere à reconstituição nas carreiras esclareceu que agora têm que consolidar as integrações dos colaboradores e fazer a avaliação pelos dirigentes, em função do seu desempenho, já que muitos estão a iniciar a sua carreira base. -----

----- Esclareceu que até ao fim do ano estão a tentar encerrar os processos dos precários e tem a informação que os processos de concurso estão fechados. -----

----- Quanto à citada precaridade referida pelo autarca da Ponte do Rol, assentiu que se trata de um sistema complexo que carece de afinações, que vão ajustando ano letivo após ano letivo. Não será o sistema ideal, requer dinâmica e estão disponíveis para ajudar sem esquecer que também requer equilíbrio do ponto de vista financeiro, mas tendencialmente o objetivo final é integrar os precários, percurso que está em falta fazer. -----

----- A **Sra. Rita Sammer** voltou a questionar sobre a reconstituição nas carreiras, uma vez que a informação do relatório lhe parece pouco concreta, e gostava de ser esclarecida quanto à questão de a contabilização do tempo do exercício de funções ser analisado com o dirigente, caso a caso. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** esclareceu que decorre da lei, e vai ser aplicado a todos os precários integrados, contabilizando o tempo de todos os colaboradores, desde que iniciaram funções, caso a caso. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

10 - AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS:-----

10.1 - PROPOSTA N.º 51/CM/2018 - SMASTV – EMPREITADA DE OBRAS PÚBLICAS – EXECUÇÃO DE 400 RAMAIS DOMICILIÁRIOS DE ÁGUA EM VÁRIAS LOCALIDADES:-----

----- Presente ofício número 9163, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 30 de agosto, a

remeter o processo em título, visando a assunção do compromisso plurianual, pelo valor de €125.000,00, distribuídos por 2018 - €60.000,00 e 2019 - €65.000,00. -----

---- O **Sr. Presidente da Câmara** informou o ponto 10 refere-se a um conjunto de projetos referentes à rede de saneamento sendo a maior parte em casais e pequenos aglomerados.-----

---- Mais informou que hoje a taxa de tratamento de saneamento em ETAR no território ronda os 94%. Estas obras são determinantes para manter a qualidade de vida dos habitantes. -----

---- A Assembleia Municipal, para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei 8/2012, de 21/02 na sua atual redação, deliberou por unanimidade, autorizar a assunção do compromisso plurianual relativo à empreitada de obras públicas dos SMASTV – execução de 400 ramais domiciliários de água em várias localidades, pelo valor de €125.000,00, distribuídos por 2018 - € 60.000,00 e 2019 - € 65.000,00.-----

10.2 - PROPOSTA N.º 52/CM/2018 - SMASTV – EMPREITADA DE OBRAS PÚBLICAS – RESERVATÓRIO DE MONTE REDONDO/LOUBAGUEIRA:-----

---- Presente ofício número 9165, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 30 de agosto, a remeter o processo em título, visando a assunção do compromisso plurianual, pelo valor de €450.000,00, distribuídos por 2018 - € 130.000,00 e 2019 - € 320.000,00.-----

---- A Assembleia Municipal, para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei 8/2012, de 21/02 na sua atual redação, deliberou por unanimidade, autorizar a assunção do compromisso plurianual relativo à empreitada de obras públicas dos SMASTV – reservatório de Monte Redondo – Loubagueira, pelo valor de €450.000,00, distribuídos por 2018 - € 130.000,00 e 2019 - € 320.000,00.

10.3 - PROPOSTA N.º 53/CM/2018 - SMASTV – EMPREITADA DE OBRAS PÚBLICAS - SANEAMENTO DO CASAL DA ÓNIA E DO CASAL MONTE FERREIRO E REMODELAÇÃO DOS ESGOTOS DO CASAL DO SOITO;-----

---- Presente ofício número 9165, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 30 de agosto, a remeter o processo em título, visando a assunção dos compromissos plurianuais. -----

---- A Assembleia Municipal, para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei 8/2012, de 21/02 na sua atual redação, deliberou por unanimidade, autorizar a assunção dos compromissos plurianuais relativos às empreitadas de obras públicas dos SMASTV abaixo indicadas, repartidos da seguinte forma:-----

---- Saneamento do Casal da Ónia - € 100.000,00 + IVA-----

---- Ano de 2018 - € 5.000,00 + IVA - Ano de 2019 - € 95.000,00 + IVA.-----

---- Saneamento do Casal Monte Ferreiro – € 127.830,18 + IVA-----

---- Ano de 2018 - € 4.716,98 + IVA - Ano de 2019 - € 123.113,20 + IVA-----

---- Remodelação dos esgotos do Casal do Soito – € 140.566,04 + IVA-----

----- Ano de 2018 - € 84.000,00 + IVA - Ano de 2019 - € 56.000,00 + IVA -----

10.4 - PROPOSTA N.º 54/CM/2018 - SMASTV – EMPREITADA DE OBRAS PÚBLICAS - PROLONGAMENTO DAS REDES DE SANEAMENTO DO CONCELHO, REABILITAÇÃO DE COLECTORES DE ESGOTOS NO CONCELHO, REABILITAÇÃO DE MARCOS DE VENTOSA NO CONCELHO, SANEAMENTO DO CASAL PALHEIROS – RIBEIRA DE PEDRULHOS, PROLONGAMENTO DAS REDES DE ÁGUA NO CONCELHO E REABILITAÇÃO DE CONDUTAS E REDES DE ÁGUA NO CONCELHO;-----

----- Presente ofício número 9414, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 6 de setembro, a remeter o processo em título, visando a assunção do compromisso plurianual. -----

----- A Assembleia Municipal, para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei 8/2012, de 21/02 na sua atual redação, deliberou por unanimidade, autorizar a assunção dos compromissos plurianuais relativos às empreitadas de obras públicas dos SMASTV abaixo indicadas, repartidos da seguinte forma: -----

----- Prolongamentos das redes de saneamento do concelho - € 134.000,00 + IVA-----

----- Ano de 2018 - € 33.018,00 + IVA - Ano de 2019 - € 100.982,00 + IVA.-----

----- Reabilitação de coletores de esgotos no concelho – € 140.000,00 + IVA-----

----- Ano de 2018 - € 33.018,00 + IVA - Ano de 2019 - € 106.982,00 + IVA.-----

----- Reabilitação de marcos de ventosa no concelho – € 130.566,04 + IVA -----

----- Ano de 2018 - € 78.339,62 + IVA - Ano de 2019 - € 52.226,42 + IVA. -----

----- Saneamento do Casal Palheiros - Ribeira de Pedrulhos – € 144.000,00 + IVA-----

----- Ano de 2018 - € 23 584,91 + IVA - Ano de 2019 - € 120.415,09 + IVA.-----

----- Prolongamentos das redes de água no concelho – € 123.000,00-----

----- Ano de 2018 - € 23.585,00 – Ano de 2019 - € 99.415,00-----

----- Reabilitação de condutas e redes de água no concelho - € 138.500,00-----

----- Ano de 2018 - € 28.301,00 - Ano de 2019 - € 110.199,00.-----

10.5 - PROPOSTA N.º 55/CM/2018 - SMASTV – EMPREITADA DE OBRAS PÚBLICAS – INTERCETOR DE ESGOTOS DO CASAL DE SÃO GIÃO:-----

----- Presente ofício número 9412, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 6 de setembro, a remeter o processo em título, visando a assunção do compromisso plurianual. -----

----- A Assembleia Municipal, para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei 8/2012, de 21/02 na sua atual redação, deliberou por unanimidade, autorizar a assunção do compromisso plurianual relativo à empreitada de obras públicas dos SMASTV - Intercetor de esgotos do Casal de S. Gião, pelo valor de €149.078,55 distribuídos por 2018 - € 74.129,25 e 2019 - € 74.949,30.-----

11 - PROPOSTA N.º 56/CM/2018 - AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE

EMPRÉSTIMOS PARA APLICAÇÃO EM INVESTIMENTOS - CENTRO EDUCATIVO DE PÓVOA DE PENAFIRME, CENTRO EDUCATIVO DO TURCIFAL E CENTRO EDUCATIVO DE A-DOS-CUNHADOS;-----

----- Presente ofício número 9952 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 19 de setembro, a remeter o processo em título de acordo com o deliberado pelo executivo, em sua reunião de 18/09/2018, com o objetivo de se formalizar a autorização da realização dos investimentos em questão, tendo presente que o n.º 2, do art.º 51.º, da Lei n.º 73/2013, de 03/09, na sua atual redação, estabelece que “Os investimentos (...) são identificados no respetivo contrato de empréstimo e, caso ultrapassem 10% das despesas de investimento previstos no orçamento do executivo, são submetidos, independentemente da sua inclusão no plano plurianual de atividades, a discussão e autorização prévia da Assembleia Municipal, uma vez que a Assembleia Municipal em sessão ordinária de 12/12/2017, aprovou os documentos previsionais para 2018 e posteriormente em 03/04/2018, concedeu autorização para a contratação de empréstimos de médio e longo prazos para financiamento da conceção/construção dos Centros Educativos do Turcifal e A-dos-Cunhados e Póvoa de Penafirme, até aos montantes de € 6.098.900,00 e € 2.073.580,00, respectivamente, tendo ficado desde logo, subentendida a autorização da Assembleia Municipal aos citados investimentos.

----- O **Sr. Presidente da Câmara**, informou que, a Assembleia Municipal em sessão extraordinária realizada no passado mês de abril autorizou a contratação destes empréstimos e agora o processo vem para os efeitos previstos na Lei n.º 73/2013.-----

----- Aproveitou para dar nota que até ao final do ano vão alocar todos os fundos disponíveis do Portugal 2020 para os centros educativos e se for caso disse libertarão alguns valores contratados, com o intuito de serem aplicados para financiar a repavimentação nas freguesias, para o qual já reuniram com todos os autarcas.-----

----- A Assembleia Municipal, para os efeitos previstos no n.º 2 do art.º 51.º da Lei n.º 73/2013 de 3/09 na sua atual redação, deliberou por unanimidade, autorizar a contratação de empréstimos para aplicação em investimentos - Centro Educativo de Póvoa de Penafirme, Centro Educativo do Turcifal e Centro Educativo de A-dos-cunhados.-----

12 - PROPOSTA N.º 57/CM/2018 - PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS NA ASSOCIAÇÃO DE DIREITO PRIVADO “SMART FARM COLAB” – LABORATÓRIO COLABORATIVO PARA A INOVAÇÃO DIGITAL NA AGRICULTURA”.-----

----- Presente ofício número 9951, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 19 de setembro, a remeter o processo de criação da associação em título, estudo de viabilidade e a proposta de estatutos, de acordo com o deliberado pelo executivo em 18/09/2018.-----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** manifestou-se muito satisfeito em apresentar ao órgão

deliberativo esta associação, no sentido de iniciar trabalhos nesta área e agradeceu à vereadora Laura Rodrigues e a toda a equipa técnica, o seu empenho para que o projeto se concretizasse. --

----- Trata-se um projeto que visa a aproximação da sociedade do conhecimento às empresas torrienses, através de uma associação de direito privado sem fins lucrativos que tem como fim a criação de uma plataforma alargada de concertação e partilha entre as diversas empresas privadas e entidades públicas empenhadas em desenvolver agricultura digital para os setores hortícolas, frutícola e vitícola. -----

----- Informou que já existiam “COLABs” na rede nacional, e foi importante ver a abertura das empresas do concelho, e também de fora. Assim e já que o setor agroalimentar assume uma importância significativa no Oeste, o município aproveitou a oportunidade lançada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. para constituição destes laboratórios.-----

----- Mais informou que a associação ficará sediada no Instituto da Vinha e do Vinho (IVV) um espaço de referência que se tornará um centro de excelência, para os setores da Hortícola e da Frutícola, e o FCT disponibiliza para o arranque da primeira fase € 2,390.125,00.-----

----- Faz votos que esta associação possa ser uma alavanca importante para o setor primário torriense, a agricultura, que querem que seja de ponta e um grande ativo do território. -----

----- O **Sr. Luís Carlos Lopes** disse que o PSD achou o projeto muito interessante, foi importante terem obtido o financiamento citado pelo edil, e ainda tendo em conta as empresas públicas e as privadas que fazem parte da lista provisória de associados fundadores que irão participar, sendo exetável que mais empresas possam vir a aderir.-----

----- Acha que a parte digital é importante para que possam dar um salto qualitativo para o futuro na produção e para que haja um polo de conhecimento em Torres Vedras neste setor tão importante, já que esse conhecimento pode ser transposto depois para a realidade das escolas, cooperativas, empresas, etc-----

----- Considerou ainda com o ponto importante a percentagem exetável de criação de emprego qualificado a nível de doutorados e mestrados. -----

----- Disse ser desafiante o facto de o plano de ação ter um horizonte inicial de 5 anos, após o que a associação terá que se gerar riqueza.-----

----- O **Sr. Nuno Henriques** interveio para saudar a intervenção anterior, e para dizer que muitas vezes não passa para fora, em termos de comunicação o potencial que Torres Vedras ao nível dos saberes e dinamismo das pessoas e o levantamento desse património material e imaterial era importante.-----

----- Relativamente à questão do financiamento a **Sra. Rita Sammer** solicitou esclarecimentos para os pontos 12, 13, 14 e 15 do enquadramento legal que acompanha o assunto em discussão, que seria tranquilizante para a assembleia. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** esclareceu que nesse ponto o gabinete jurídico informa sobre o enquadramento legal e formalidades necessárias para a criação da associação, tendo em vista o futuro. Passados os 5 anos têm que perceber se há fundos para continuar, já que é entendimento do Tribunal de Contas que o RJAEL impede que os municípios concedam subsídios à exploração das associações em que participam. -----

----- No entanto deu nota que tem indicação que a FCT passados os 5 anos, possa continuar a apoiar, para que também a União Europeia seja mais competitiva nos mercados globais. -----

----- Por último disse que este projeto irá dar um contributo muito importante para fixar talentos no território e enriquecer o património imaterial do concelho. -----

----- A Assembleia Municipal, ao abrigo das disposições conjugadas na alínea n) do n.º 1 do art.º 25.º da RGAL e n.ºs 1 e 2 do art.º 53.º e n.º 1 do 59.º da Lei 50/2012, de 31/08, e tenho presente estudo de viabilidade e proposta de estatutos que fazem parte integrante do processo, deliberou por unanimidade autorizar a participação do município de Torres Vedras na associação de direito privado “Smart Farm Colab” – Laboratório Colaborativo para a Inovação Digital na Agricultura. ----

----- Anota-se que todos os pontos foram votados no fim da reunião e que estavam presentes todos os membros. -----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:-----

-----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, Sr. António Fortunato, a aprovação da minuta da ata da presente Assembleia, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

ENCERRAMENTO:-----

Pelas 10:30 horas, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente sessão, o que mereceu a concordância de todos os membros da Assembleia.-----

----- Para constar se lavrou a presente ata, que depois de elaborada, vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia. -----
